

Sociedade em

# Debate

O periódico SOCIEDADE EM DEBATE é uma publicação semestral do Mestrado em Política Social – Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas.

Os artigos enviados poderão ser publicados, caso sejam aprovados pelo Conselho Editorial. A revisão e as opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores

*Publicação semestral - V. 12, N.2 – Julho-Dezembro de 2006 - ISSN 1414-9869*

## UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

### Chanceler

D. Jayme Henrique Chemello

### Reitor

Alencar Mello Proença

### Pró-Reitora de Graduação

Myriam Siqueira da Cunha

### Pró-Reitora de Pós-Graduação,

### Pesquisa e Extensão

Vini Rabassa da Silva

### Pró-Reitor Administrativo

Carlos Ricardo Gass Sinnott

### Diretora da Escola de Serviço Social

Mara Rosange Acosta de Medeiros

## SOCIEDADE EM DEBATE

### Comissão Editorial

Vera Maria R. Nogueira - Coordenadora

Andréa Valente Heidrich

Luís Antônio Bogo Chies

Helenara Silveira Fagundes

Jovino Pizzi

Mara Rosange Acosta de Medeiros

Aline Campelo Carvalho - Bolsista

## Conselho Editorial

Armando Barrientos - Universidade de Sussex

Antonio Carlos M. Cruz - UCPel

Carolina González Laurino - UDELAR

Elaine Rossetti Behring - UERJ

Flávio Heinz - UNISINOS

Gomercindo Ghiggi - UFPEL

Ivanete Boschetti - UnB

Ivete Simionatto - UFSC

Jussara Maria Rosa Mendes - PUCRS

Margarita Rozas Pagaza - UNLP

Maria Carmelita Yazbek - PUCSP

Maria Lucia Barroco - PUCSP

Marina Maciel Abreu - UFMA

Mirta Vuotto - UBA

Mónica De Martino - UDELAR

Potyara Amazoneida P. Pereira - UnB

Regina Célia Mioto - UFSC

Rosa Stein - UnB

Unai Pascual - Universidade de Cambridge

Vicente de Paula Faleiros - UnB

Vini Rabassa da Silva – UCPel

Yolanda Aparecida D. Guerra- UFRJ

---

**Direito reservado para esta edição:** Universidade Católica de Pelotas

**Produção Editorial:** Editora EDUCAT/UCPEL

**Editoração Eletrônica:** Ana Gertrudes G. Cardoso

**Capa:** Letícia Lucena Nunes

**Foto da Capa:** Wilson Lima

**Tiragem:** 200 exemplares

Aceita Permuta

[http://antares.ucpel.tche.br/revista\\_soc\\_debate/](http://antares.ucpel.tche.br/revista_soc_debate/)

Sociedade em Debate	Pelotas	V.12	N.2	p.1 - 229	Jul-Dez 2006
---------------------	---------	------	-----	-----------	--------------

## SUMÁRIO

- 9 Aspectos Éticos en el Trabajo Social en Salud  
*Beatriz Fernández Castrillo*
- 29 Direitos, Cidadania e Necessidades Humanas Básicas: conceitos  
imprescindíveis no debate da proteção social  
*Telma Cristiane Sasso de Lima e Regina Célia Tamaso Miotto*
- 61 Questão Social e Políticas Sociais – tendências atuais do debate  
*Lúcia Cortes da Costa*
- 77 Reflexiones sobre el Debate Ético-Político en Trabajo Social  
*Freddy Esquivel Corella*
- 95 La Responsabilidad Ética de los Ricos y Poderosos  
*Mauricio Langon*
- 113 La Democracia Restaurada en Uruguay acerca de las Políticas Sociales  
1985 – 2004  
*Mónica De Martino*
- 137 Ética e Religião: ingerência da Igreja Católica na soberania nacional. A  
capitulação do Estado brasileiro  
*Alexandra Mustafá*
- 165 Justiça e Deficiência: a visão do poder judiciário sobre o BPC  
*Wederson Rufino dos Santos*
- 187 A Produção do Conhecimento do Espaço Social  
*Maria Thereza Ribeiro*
- 195 Ética e Responsabilidade Social: uma exigência moral  
*Jovino Pizzi e Sandra Mara Garcia Henriques*
- 209 Reflexiones sobre la Ideología, la Ética y la Política en Trabajo Social  
*Susana Cazzaniga*

---

Sociedade em Debate. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas;  
EDUCAT, V.12, N.2, p.1-229, Julho/Dezembro de 2006

ISSN 1414-9869

Semestral

Revista do Mestrado em Política Social – Escola de Serviço Social

---

CDD360.05

---

## Apresentação

A sensação é que a sociedade atual passa por uma ostensiva descrença na política ou, então, por uma irrefutável banalização. A orientação neoliberal intensificou essa reputação, dando ênfase ao papel secundário e quase depreciativo do âmbito político. De certo modo, o Estado passou a ser considerado como um estorvo às iniciativas individuais e à própria liberdade.

Essa reputação parece ser insuperável. E o é na medida em que existe também, hoje, um *déficit* ético. Na verdade, a modernidade abriu-nos um caminho cheio de luzes e sombras, sem conseguir responder à grande parte das promessas que ela mesma engendrou. De fato, nos deparamos, atualmente, com um lusco-fusco horizonte de caráter conjectural e normativo, mesclado de luzes e sombras, sem alternativas muito claras.

O sentimento de impotência e descrédito vai tomando conta de algumas pessoas, a ponto de acreditarem que não há mais alternativas. O refrão que avaliza essa disposição é: *there is no alternative* (a denominada TINA). Ela transformou-se em espécie de religião, pregando a resignação ao atual modelo de sociedade.

No entanto, há sinais evidentes que indicam haver um revigoramento da política e da ética. O giro ético, iniciado nos anos 1970 do século passado, trouxe à tona não apenas a discussão a respeito da própria ética, mas também da política. Esse novo impulso da ética e da política pode ser observado na quantidade enorme de encontros, seminários, debates e publicações. Em parte, a discussão é muito mais incisiva fora da filosofia. Todavia, as tentativas procuram estudar os possíveis vínculos da ética com os diferentes campos da vida prática, como a economia, a saúde, o meio ambiente, a política etc.

Com o fim de contribuir nesse debate, esta edição da revista *Sociedade em debate* reúne textos voltados ao tema da ética e da política. São diversos artigos, de pesquisadores

preocupados com a questão, a começar com Beatriz Fernández Castrillo, cuja preocupação está em definir os conceitos de ética que nutrem e orientam a vida social. Através da ética e da bioética, professora uruguaia estabelece as bases para uma ética vinculada ao trabalho social e a saúde.

A consolidação do projeto ético-político da profissão de assistente social resulta em motivo para estudar o compromisso desses profissionais, tanto na defesa, ampliação e consolidação de direitos sociais, civis e políticos, como na formação de uma cultura política democrática e na consolidação da esfera pública. Esse é o *leitmotiv* do artigo de Telma Cristiane Sasso de Lima e Regina Célia Tamaso Mioto, quando falam de direitos, cidadania e necessidades humanas básicas como sendo conceitos imprescindíveis no debate relacionado com as políticas de proteção social.

Sem distanciar-se da temática deste número de *Sociedade em Debate*, ética e responsabilidade social é outro objeto de debate. Apesar das divergências e, inclusive, da desconfiança que ronda a questão, não há como esquivar-se da discussão. A grande incógnita, por assim dizer, relaciona-se ao fato de se, em uma sociedade competitiva e individualista, existem possibilidades de promover a solidariedade e a cooperação social. Antes de mais nada, é preciso ter presente as mudanças que os últimos tempos introduziram e, diante disso, ver se a responsabilidade social poder ser simplesmente algo aconselhável ou, então, exigível a qualquer empresa ou instituição.

Esse é o sentido indicado também por Lúcia Cortes da Costa, quando aborda as tendências atuais da questão social e das políticas sociais. Em uma sociedade capitalista, a questão social evidencia os conflitos entre as diferentes classes que, por sua vez, se traduz em conflito político. Todavia, a realidade atual não é a mesma de séculos anteriores. Por isso, o papel do Estado na mediação dos conflitos também precisa ser re-equacionadas, aspecto que obriga ao Serviço Social a lutar pela defesa da democracia.

Nessa mesma direção, Freddy Esquivel Corella diz ser a dimensão ético-política a base constitutiva da profissão e da atividade do Assistente Social. Não se trata de abandonar o lado profissional, mas, por suas características, há uma vinculação com a questão social, sem eliminar os conflitos, mas orientando seu trabalho na busca de uma convivência saudável. Para exemplificar sua intenção, Freddy menciona as características verificadas na Costa Rica.

Na continuação, Mauricio Langon levanta uma questão importante: não é apenas necessário questionar a pobreza, mas é também necessário problematizar a riqueza. O professor uruguaio trabalha a dicotomia “ser rico é humano; ser pobre é inumano”, a partir da qual identifica uma outra paradoxal dissociação: a inumanidade responsável dos pobres e a humanidade irresponsável dos ricos. Com essa análise, Mauricio afirma que a luta contra a pobreza nasce da própria pobreza, um esforço que a consolida, perpetuando e ampliando o abismo a separar ricos e pobres. A partir do *espanto* que me conduz a lutar contra a pobreza, mas não contra a riqueza que *necessita* e *gera* pobreza, proponho a realização de um esforço de *perguntabilidade*, para exigir *responsabilidades* e *ajuizar eticamente* o sistema econômico e as decisões dos ricos e poderosos.

Outra pesquisadora uruguaia, Mônica de Martino apresenta as pautas e os paradigmas que caracterizam o desenvolvimento das políticas sociais do país. Ela explica as características da reforma do Estado e os rumos que consolidaram as políticas sociais pós-ditadura. Diante disso, ela procura delinear as possibilidades de uma proposta, tendo como base a filosofia de Gramsci. Para tanto, retoma o conceito de sociedade civil, âmbito que congrega não apenas ONGs, mas também o movimento sindical e outras forças de esquerda.

O artigo de Alexandra Monteiro Mustafá analisa o processo histórico brasileiro, no qual a presença, e a conseqüente ingerência da Igreja Católica, na administração política e educacional brasileira. Sua influência vai além da divulgação de

seus ideais, assumindo também um peso importante na política de assistência, nem sempre voltada aos mais necessitados. Além da presença da Igreja no Estado, há, entretanto, um elemento importante nessa reflexão, pois sua interferência faz-se também sentir no interior da profissão e da própria atividade do assistente social.

A seguir, o texto de Wederson Rufino dos Santos, que mostra a percepção do Poder Judiciário em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). A Constituição Brasileira de 1988 estabelece o benefício de um salário mínimo destinado aos idosos e às pessoas com deficiência de baixa renda. No entanto, os pedidos de concessão negados pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) são remetidos ao Poder Judiciário, com o objetivo de garantir o benefício a quem tem direito. Além da metodologia, o autor explica o conceito de deficiência que os juizes federais admitem, muito mais abrangente que os tolerados pelos médicos-peritos.

Maria Thereza Rosa Ribeiro, em seu artigo, pretende contribuir para a formulação de políticas sociais que corresponda a necessidades das comunidades e a participação dos agentes sociais envolvidos. Para tornar isso possível, a autora propõe uma reinvenção sociológica, através da qual seria possível estabelecer outra dimensão da construção do mundo social a partir da relação sujeito e objeto. Colocando como opostos o empirismo e o construtivismo, as ciências sociais têm um papel importante na consolidação de um processo participativo, sem o qual não há como reconhecer as experiências cotidianas e comunitárias.

Outro tema que esta edição da Revista apresenta está ligado à Responsabilidade Social. Até pouco tempo, falar de responsabilidade era quase impossível, pois não interessava. Ninguém queria ouvir falar de um conceito que implicava na consecução de compromissos e na imputabilidade pelas ações, seja individuais ou institucionais. No caso das empresas, nada podia ser exigido além do âmbito econômico. Até mesmo os sindicatos, as associações e entidades de classe demonstravam um temor diante

da mudança que a questão vem proporcionando. O artigo de Jovino Pizzi e Sandra Henriques procura aclarar alguns aspectos da Responsabilidade Social Corporativa a partir de duas perspectivas teóricas: o utilitarismo e a kantiana.

Por fim, Susana Cazzaniga, faz uma análise da discussão, corrente hoje na Argentina, a respeito do projeto ético-político que envolve os profissionais de Serviço Social. Ela procura analisar o vínculo entre ideologia, ética e política, salientando também suas preocupações a respeito do risco em reduzir a questão a uma mera regulamentação profissional, ou seja, a um código de ética. Isso deixaria de fora aspectos fundamentais do exercício agente social, de modo especial seu comprometimento com a sociedade.

Evidentemente, essas são apenas retalhos dos artigos aqui publicados. Por isso, o *debate* com os autores inicia com sua leitura. Esse é o processo de diálogo entre autores, leitores e pesquisadores, oportunidade que *Sociedade em Debate* deseja propiciar.

Dr. Jovino Pizzi  
Professor do Mestrado em Política Social  
Universidade Católica de Pelotas

